



UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO NO VALE DO RIO PARDO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Mariana Barbosa de Souza

João Paulo Reis Costa

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal verificar a força econômica do complexo transnacional fumageiro na região do Vale do Rio Pardo, que trataremos por “Vale do Fumo” e também verificar o grau de dependência que esse setor submete a região, descrevendo como se organiza o sistema integrado do tabaco frente aos agricultores familiares contratados pelas empresas fumageiras. Uma questão central são os dados da produção de tabaco no Brasil, Rio Grande do Sul e Vale do Rio Pardo, uma região ainda estruturada economicamente num paradigma do século XX, de dependência de um complexo industrial. E num segundo momento estaremos identificando o que vem sendo articulado em torno da diversificação da produção agrícola na região e o papel central que entidades que trabalham com a Agricultura Familiar e setores do poder público vem desenvolvendo em torno da construção de um novo paradigma de desenvolvimento, calcado na produção de alimentos e na articulação dos agricultores em torno de cooperativas, agroindústrias familiares, associações e grupos de produção de alimentos, numa perspectiva endógena, solidária e coletiva. E também compreenderemos quais os desafios dessa transição paradigmática numa região tão dependente do complexo fumageiro.

Palavras – Chave: Vale do fumo. Desenvolvimento endógeno. Agroecologia.



1 INTRODUÇÃO

Nesse trabalho vamos analisar o paradigma de desenvolvimento dependente de grandes empresas transacionais, pois há uma forte presença do complexo fumageiro no Vale do Rio Pardo e o quanto a presença desse setor impacta não só a economia da região, mas também outros setores da sociedade, pois o grau de dependência desse setor é imenso, seja na oferta de empregos, mesmo muitos desses sendo temporários na cidade, ou seja na circulação financeira que reflete na oferta de serviços e na própria indústria que gravita em torno das grandes transacionais nos centros urbanos. E evidentemente, um impacto maior no Campo do Vale do Rio Pardo, que aqui chamamos de “Vale do Fumo”, pois essa região produz quase 20% de todo fumo do RS (que produz 52% do fumo brasileiro) e seus 23 municípios tem no tabaco mais de 60% do Valor Bruto da Produção agrícola (SINDITABACO, 2017). Isso mostra o quanto essa região em especial depende desse único setor que movimenta diversos outros.

E num segundo momento vamos lançar um “olhar” que permite identificar as experiências, que através da organização das entidades, trabalham no campo da Agricultura Familiar dialogando com os princípios da Agroecologia na região e que estão construindo gradualmente uma possibilidade de elaboração de um novo paradigma baseado na produção de alimentos, na agricultura que respeite a natureza e dialogue com o espaço urbano, buscando comungar uma agenda de interesses comuns.

2 O VALE DO FUMO¹ E AS ENTRANHAS DE SUA PRODUÇÃO

Quando falamos em Vale do Rio Pardo² é muito difícil não associar a região com a produção de Fumo. Por qualquer lugar do RS identificar-se como oriundo do vale do Rio Pardo ou da região de Santa Cruz do Sul é ter imediatamente uma associação com o tabaco. E isso não acontece de balde, pois apesar da produção fumageira estar em quase

¹ Usaremos o termo “fumo” ao invés de “tabaco”, pelo fato de que é assim que os agricultores familiares em sua maioria se referem a essa cultura agrícola. Terminologia “tabaco”, derivada de seu nome científico *nicotiana tabacum*, é de uso das empresas, sobretudo após os anos de 2008, quando o Sindifumo passou a ser Sinditabaco.

² Consideraremos Vale do Rio Pardo, a regionalização do COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento), que atualmente é de 23 municípios, conforme descreve o mapa acima.



todas as regiões do RS, é no Vale do Rio Pardo que o complexo fumageiro está instalado com a presença física das grandes transnacionais do setor, com suas unidades de recebimento, processamento e fabricação de cigarros (com exceção da Souza Cruz, que tem sua unidade cigareira no município de Cachoeirinha, na região metropolitana de POA), principalmente em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, onde o tabaco é *in natura* e beneficiado antes de seguir para a exportação em folha ou de ser transformado em cigarros, que vão ganhar o mundo e obviamente, de onde irradia o poder político e econômico dessas empresas para a região toda e por que não dizer, para o RS e Brasil todo. Como vemos no quadro abaixo.

Figura 1 – Localização das fumageiras

FUMAGEIRA	MUNICÍPIO SEDE	REGIÃO	UF
ALLIANCE ONE do Brasil	Venâncio Aires	VRP	RS
ATC	Santa Cruz do Sul	VRP	RS
BRASFUMO	Venâncio Aires	VRP	RS
CHINA Brasil Tabacos	Venâncio Aires	VRP	RS
CTA – Continental	Venâncio Aires	VRP	RS
INDUSTRIAL BOETTCHER de Tabacos	Sinimbu	VRP	RS
INTAB	Vale do Sol	VRP	RS
JTI Kannenberg Comércio de Tabaco	Santa Cruz do Sul	VRP	RS
JTI Processamento de Tabaco	Santa Cruz do Sul	VRP	RS
PHILLIP MORRIS do Brasil	Santa Cruz do Sul	VRP	RS
PREMIUM Tabacos	Santa Cruz do Sul	VRP	RS
SOUZA CRUZ	Santa Cruz do Sul	VRP	RS
Tabacos MARASCA	Venâncio Aires	VRP	RS
TNH	Venâncio Aires	VRP	RS
UNIFUMO	Pouso Redondo		SC
UNIVERSAL Leaf Tabacos	Santa Cruz do Sul	VRP	RS

Fonte: Elaborada pelos autores com base em informações do site do SINDITABACO.

Para abastecer esse complexo industrial é preciso que haja uma produção de matéria-prima, nesse caso, tabaco (basicamente do tipo Virgínia, também chamado de fumo de *Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios*
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017

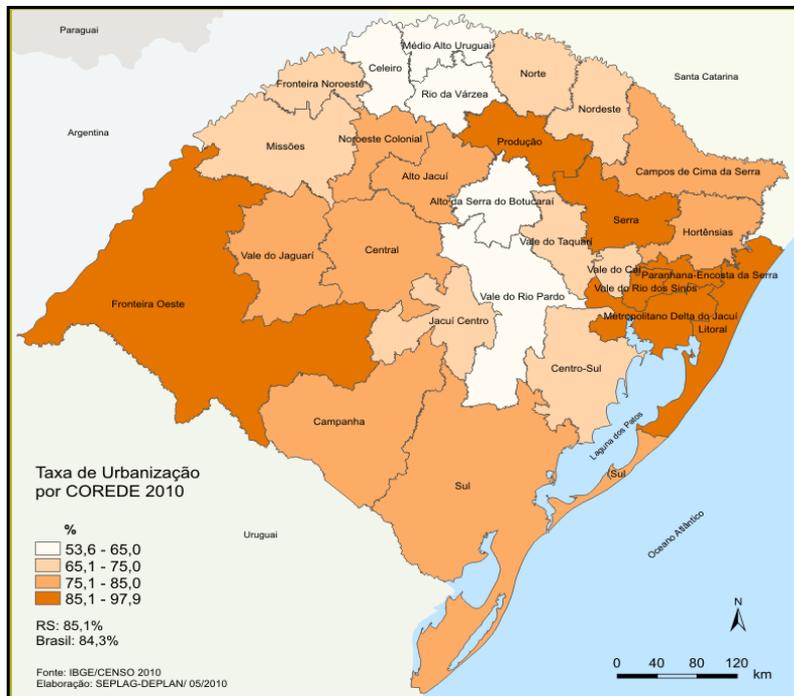


estufa). E para haver produção é necessário que pessoas produzam e no caso do tabaco na região, essa produção é basicamente artesanal, devido à dificuldade de mecanizar o processo produtivo do tabaco (seja pelas condições de declive, alto custo de maquinários já testado nos EUA e Europa, mas também pela colheita das folhas ser extremamente seletiva em várias etapas, o que garante a qualidade do tabaco produzido por aqui).

Nesse contexto a região do Vale do Rio Pardo tem uma composição geográfica majoritariamente rural, com um dos mais baixos índices de urbanização do estado do RS e de basicamente uma estrutura fundiária marcada por pequenas propriedades familiares (com a exceção de Rio Pardo e Encruzilhada do Sul, que contam com grandes áreas de latifúndio em seu território), o que faz dessa região, com a exceção de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Vera Cruz e Arroio do Tigre (que compõem um núcleo urbano definido), uma região de municípios rurais em sua composição espacial³. Se levarmos em conta a origem econômica, uma região dependente do tabaco e da agricultura familiar basicamente. Conforme podemos verificar na figura abaixo.

Figura 2 – Mapa do percentual de urbanização do RS.

³ Chamamos atenção para a reflexão do prof. José Eli da Veiga que em seus estudos aponta que os critérios que o IBGE usa para definir o urbano e o rural no Brasil, torna o Brasil essencialmente urbano. Porém, se fosse levado em conta outras possibilidades de ruralidade, o Brasil certamente triplicaria sua população rural, passando dos 40% de moradores no campo. Para aprofundar essa reflexão: VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.



Fonte: FEE, 2013.

Essa composição que reúne elementos históricos, geográficos e sociais, fez com que o Vale do Rio Pardo se tornasse a região que mais produz tabaco no Brasil, o que gera uma dependência econômica em relação ao setor fumageiro. Estamos diante de um arranjo produtivo de sistema integrado no qual as grandes empresas transnacionais desse setor, detêm o controle do processo desde as sementes (variedades desenvolvidas pelas próprias empresas) que são comercializadas junto aos agricultores. Além de todos os insumos e maquinários para a produção do tabaco (fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, prensa de enfardar, tecedeiras e demais insumos). Em muitos casos comercializam a lenha que os agricultores utilizam para a secagem do tabaco. As fumageiras também contratam o frete que vai levar os insumos até as propriedades dos agricultores e também vai transportar o fumo seco, em fardo para a empresa no final do ciclo produtivo. Tudo isso articulado pelo técnico da empresa que media o negócio entre os agricultores e as empresas. E obviamente que tudo pago pelos agricultores a medida que vão vendendo suas arrobas de fumo. Elas também definem o reajuste anual sobre o preço base da arroba do fumo a ser comprado dos agricultores. Esse sistema integrado vem sendo “aperfeiçoado” desde 1917, com a



instalação da BAT (British American Tobacco ou como é popularmente conhecida, Souza Cruz), em Santa Cruz do Sul.

Esse processo se intensifica pós anos 1970 e 1980, quando fumageiras menores são incorporadas por esses complexos transacionais, hoje representados principalmente por estas cinco grandes empresas: BAT, JTI (Japan Tabacos Internacional), PMI (Phillip Morris Internacional), Universal Leaf Tabacos e por último a China Tabacos (ao todo são 16 fumageiras que compõe o setor). Assim, esse complexo fumageiro faz o Vale do Rio Pardo ser uma referência em produção de tabaco no Brasil, o que faz com que a economia regional seja muito dependente do tabaco que é produzido.

O Vale do Rio Pardo destaca-se com 19,92% de todo o fumo em folha produzido no Brasil (no período de 2008 a 2012). (...). No caso do Vale do Rio Pardo, pode-se destacar inicialmente a dependência econômica gerada por este sistema, na medida em que a economia dos municípios encontra-se amplamente alicerçada sobre a produção do tabaco. Prova disso é que a participação do tabaco no Valor Bruto da Produção agrícola dos municípios do Vale do Rio Pardo é, em média, de 61,5% (GOMES, 2014, p. 17).

Essa dependência deixa a região marcada por uma cultura, o fumo, exposta a toda e qualquer oscilação que esse mercado possa sofrer, pois grande parte de desse fumo, cerca de 85%, é exportado a outros países. Além do que as fortes campanhas antitabagistas no mundo vêm apontando, a curto prazo, uma redução de fumantes e de consumo de cigarros em escala mundial. Ou seja, essa demanda não tem uma tendência de ser crescente, o que coloca em cheque a matriz produtiva da região.

Na safra 2013/2014 foram exportadas 473 mil toneladas de tabaco, chegando a U\$ 2,453 bi. Em torno de 85% do tabaco produzido no Brasil é exportado, sendo 42% para a União Européia, 28% para o Extremo Oriente, 10% para a América do Norte, 8% para o Leste Europeu, 6% para América Latina e 6% para África e Oriente Médio. Comercializando com 96 países do mundo. Isso faz do Brasil o 2º maior produtor de tabaco do mundo e o maior exportador desde 1993. O tabaco representou em 2014, 1,11% das exportações do Brasil e 10,2% das exportações do RS, que produz 52% de todo tabaco brasileiro (SC 29% e PR 19%). Movimentando em 2014 cerca de R\$10,8 bi (SINDITABACO, 2015).

Além do mais há uma centralização do setor industrial em municípios da região, nesse caso, Santa Cruz do Sul, sede do Sindicato das Industrias do Tabaco – SINDITABACO e Venâncio Aires, aumenta a disparidade de fluxo financeiro na região, portanto concentra ainda mais o poder político e econômico desses municípios devido aos empregos criados



pelo setor e aumenta consideravelmente as demandas de serviços em geral, já que exige a instalação por perto desse complexo de empresas as indústrias subsidiárias, gerando um distanciamento desse polo processador do tabaco em relação aos demais municípios que apenas produzem a matéria-prima. Quando analisamos o PIB e/ou a renda per capita desses municípios, temos a impressão de haver numa região relativamente de poucos municípios, muitos Haitis e poucas Dinamarcas, tamanha a disparidade, e uma das explicações para essa discrepância é a concentração industrial e a relação entre quem processa a matéria-prima e quem apenas a produz.

A comercialização desse produto (o tabaco) se realiza naqueles municípios que abrigam as indústrias de beneficiamento que são Vera Cruz, Venâncio Aires, Rio Pardo e, principalmente, Santa Cruz do Sul. O que resulta disso é que o retorno fiscal também se concentra nesses municípios, fato que o território da região evidencia claramente, fazendo com que alguns de seus municípios figurem entre os mais pobres do Estado, quando se trata de renda média por família (ETGES, 2001, p. 360).

Evidentemente que esses municípios que se beneficiam economicamente da industrialização do tabaco acabam sofrendo os efeitos colaterais desse processo, em função do trabalho temporário gerado pelas empresas de tabaco (chamados de safristas, aqueles trabalhadores que trabalham somente no período de compra do tabaco por parte das empresas, normalmente de dezembro a junho/julho), que na outra parte do ano vai ter de trabalhar em outra atividade ou ficam desempregados. Esses municípios acabam recebendo pessoas de toda região e de outras também, em busca de trabalho, aumentando as áreas periféricas e com isso demandando investimentos do poder público, que normalmente não cumpre com suas responsabilidades, aos serviços demandados por esses contingentes humanos e com isso a violência e as desigualdades sociais vão deixando esses centros mais expostos a problemas que só se verificavam em cidades grandes.

Panorama esse que não encontra no poder público da região uma postura crítica em relação a essa dependência, muito pelo contrário. Essa dependência econômica gera um poder público subordinado aos interesses desse capital, que tem impacto sobre o arranjo político regional, haja visto que os discursos dos políticos da região, sejam deputados federais, estaduais, prefeitos e vereadores, praticamente ninguém destoa desse “modelo” de desenvolvimento, centrado em um setor produtivo, transnacional, que opera todos esse sistema com base no interesse de seus acionistas espalhados pelo mundo. Prova disso foi a



criação recente da AMPROTABACO (Associação dos Municípios Produtores de Tabaco), numa articulação nacional reunindo prefeitos de dezenas de municípios do Brasil para articular ações junto ao governo federal e governos estaduais em defesa da produção de tabaco e do setor como um todo. Raramente verificamos por parte do poder público regional, uma articulação que vise buscar construir, com as forças sociais regionais, possibilidades de diversificação das propriedades familiares, para que estas busquem alternativas de produção e renda e não dependam do tabaco exclusivamente para se sustentar.

Assim, nesse quadro, basta uma rápida volta pelo interior do Vale do Rio Pardo, para constatar um envelhecimento da população do Campo⁴, pois a falta de infraestrutura no que diz respeito as estradas, que passam boa parte do ano em condições muito precárias, para escoar a produção e até mesmo para transitar pelo interior da região. Também se verifica facilmente a dificuldade de acessar sinal de telefone móvel, bem como de internet. A dificuldade de estudo de nível médio e uma escola descontextualizada à realidade da agricultura familiar, além da rara oferta de atividades de lazer e cultura por parte do poder público e um espaço todo voltado quase que exclusivamente para o trabalho, o Campo acaba deixando de ser um espaço atrativo aos jovens, que veem na cidade a possibilidade de melhoria de vida, muitas vezes comprometendo a sucessão da propriedade familiar.

Eis aí alguns

aspectos negativos que justificam a recusa de muitos jovens em permanecer no meio rural apontam, sobretudo, para as carências da vida nesse meio, e de modo especial, a falta de alternativas profissionais que possam garantir oportunidades de emprego e renda na agricultura familiar (SANTORI, 2008, p. 7).

É comum encontrarmos propriedade à beira da estrada fechadas, sendo produtivas até bem pouco tempo atrás.

Entre os 29 municípios do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra, 11 apresentaram índice de domicílios vagos acima de 10%, sendo a zona rural responsável pelo alto número de residências sem moradores. Maiores Índices: Boqueirão do Leão 14,73%, Sinimbu 11,48%, General Câmara

⁴ Vale aqui a leitura da reflexão acerca do envelhecimento do Campo brasileiro, de ABRAMOVAY, Ricardo. CAMARANO, Ana Amélia. Êxodo Rural, Envelhecimento, Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos. Texto para discussão nº 621. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2017.



11,6%, Vale do Sol 10,8%, Gramado Xavier 10,79%, Herveiras 10,26% (TESHE e OTTO, 2012, p. 22).

Nesse caso, quando olhamos para a região do Vale do Rio Pardo, percebemos que todo um conjunto dessa sociedade, principalmente a economia regional, vive em função de um setor produtivo, o Tabaco. Setor que está sob o domínio principal de não mais que 5 grandes empresas transnacionais e que não tem nenhuma relação mais profunda com essa região, do que o lucro que obterão ao final de cada safra, pois assim seus acionistas esperam e que ao mesmo tempo subordina o poder público aos seus interesses, dado o poder político e econômico que esses grupos possuem. Temos um típico caso, descrito pelo economista sueco, Gunnar Myrdall, de processo causação circular cumulativa – ciclo vicioso.

O autor recorre à noção de ciclo vicioso para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, no qual um fator negativo é ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos (...) o processo cumulativo pode ocorrer nas duas direções, positiva e negativa, e o mesmo, se não regulado tende a aumentar as disparidades entre regiões (MYRDALL, 2009, p. 12).

Vamos fazer esse exercício então, para vermos se de fato temos um ciclo vicioso em função da cadeia produtiva do tabaco, na região. Partimos do pressuposto que há uma profunda dependência dos agricultores em relação as empresas fumageiras e isso os torna vulneráveis nesse processo produtivo. Primeiro que eles apenas trabalham para produzir matéria-prima que a indústria deseja naquele período (um ano é um tabaco de folha fina, outro ano é de folha grossa, mais escura, outro mais clara...), sem poder definir nem a qualidade da semente que vão plantar. Segundo que, por força de contrato, o agricultor fica restrito a comprar todos os insumos de empresa “A”, independente se for mais barato em outros espaços e também vender o tabaco para a mesma empresa “A”, independente da compra em outras empresas estar melhor. Embora o termo venda nem é usado pela grande maioria dos agricultores, que comumente usam o termo “entregar” o fumo (“semana que vem vou fazer a entrega”), pois vender pressupõe negociação em qualquer atividade econômica do mundo, menos para o tabaco. Caso o agricultor não aceite o valor que a empresa está pagando pelo tabaco, ele terá dificuldades de trazer o tabaco de volta para a propriedade, pois os caminhoneiros são orientados a não carregarem fumo já descarregado no pátio da empresa e raramente algum não cumpre tal orientação.



Assim, esse nível de dependência tira de uma grande parte dos agricultores familiares o protagonismo de produzir o seu sustento, criando nele sempre uma expectativa de receber orientação de como proceder a respeito da produção do tabaco. Além de provocar nele sempre a sensação de insegurança e dúvida permanente a respeito do fruto do seu trabalho. Pois ele nunca sabe qual tipo de fumo a empresa vai querer na próxima safra, nem como ela vai comprar esse fumo, quais as novas exigências de adequações na propriedade, e por aí vai.

Esses agricultores produzem um produto de grande valia comercial mundialmente, basta ver os números das empresas, apresentados ano a ano, porém não negociam o valor do mesmo. Logo, uma grande parte não vende, entrega, como frisamos anteriormente. Isso inibe a capacidade dos agricultores de valorarem o produto que produzem, mas que a empresa sabe muito bem a quanto vende e quanto de lucro vai ter com o beneficiamento do tabaco.

Pelo fato do tabaco necessitar de uso de agrotóxicos desde a fase da semeadura das sementes até enquanto se está colhendo, acaba sendo uma cultura que exige um pacote completo de insumos externos, elaborado pelo técnico da empresa que faz o pedido conforme o número de “pés” de fumo plantados. Não é raro encontrar agricultores com sobras de insumos de uma safra para outra sem saber o que fazer com as mesmas, pois no próximo pedido a quantidade será proporcional ao plantio. Assim, os agricultores acabam não utilizando insumos naturais que poderiam produzir na própria propriedade, como biofertilizantes a base de esterco, urina de vaca, enfim, já amplamente usados por agricultores orgânicos ou agroecológicos.

E por fim temos uma questão de ordem econômica das mais sérias, pois produzir tabaco não é uma atividade barata, pelo simples fato de todos os insumos utilizados na produção serem comprados no pacote produtivo da empresa. Além dos maquinários (tecedeiras, prensas de enfardar, trator e demais ferramentas e implementos), da construção das estufas para secagem do tabaco, galpão para armazenamento, lenha para secagem e a mão-de-obra para fazer um trabalho basicamente artesanal. Tudo isso é por conta do agricultor familiar integrado à fumageira. A única garantia que este tem é a de compra do tabaco pela empresa ao final da safra, mas ao preço que esta unilateralmente praticar.



Aí reside esse ciclo vicioso, de uma atividade que praticamente tira qualquer possibilidade de decisão do agricultor, com alto risco de endividamento caso ele plante muito fumo, mas se plantar pouco, o custo de produção não compensa. Quais as garantias? Esse negócio rompe com o que é básico em qualquer negócio: a relação de confiança e isso tem sérios custos sociais a esse agricultor, a ponto de pelo fato de estar num sistema altamente individualizado, este tenha uma dificuldade de se associar com seus vizinhos. Uma prova disso é a o fato de vários agricultores vizinhos e com propriedades de alguns poucos hectares terem cada um seus tratos e implementos.

Além do mais essa dependência dificulta muito o empoderamento do agricultor familiar, pois este está sempre à espera do exógeno e tudo aquilo que está ao redor dele não tem grande valor, inclusive o seu conhecimento construído através de séculos de saber popular. E com essa perspectiva fica muito difícil ele acreditar que existem outras possibilidades de produção na sua propriedade. Basta ver que os agricultores familiares do Vale do Rio Pardo que abandonaram a cultura do tabaco há alguns anos atrás eram considerados “loucos” ou pretensos candidatos a “morrerem de fome”. Relato esse muito comum de agricultores que hoje estão organizados em grupos de produção, associações e que trabalham na perspectiva da Agroecologia.

Evidente que a dependência do tabaco através do sistema integrado do setor é um elemento central, mas precisamos também destacar a incompetência e muitas vezes má fé do poder público, juntamente com entidades de assistência técnica que “vendem” propostas infalíveis de diversificação de forma inconsequente para atender interesses financeiros de empresas, técnicos, secretários, prefeitos, enfim. Temos no vale do Rio pardo uma série de “projetos” que não deram certo e que no final das contas os agricultores familiares, na ânsia de diversificarem suas propriedades e dependerem menos do tabaco, acabaram pagando a conta. Por exemplo: Criação de avestruz em Santa Cruz do Sul, a criação de coelhos em Venâncio Aires, do alho em Boqueirão do Leão. Todos projetos que transferiram tecnologia aos agricultores, que investiram e não houveram condições de prosseguimento.

Esse tipo de exemplo de “diversificação” estapafúrdia, que leva o agricultor ao endividamento, torna-se combustível para a propaganda de que “não adianta, o fumo dá pouco, mas é garantido”. Nesses casos, esse agricultor que não prosperou na “diversificação”, vai se tornar um grande defensor do sistema integrado do tabaco e se colocará como “prova viva” de que diversificar é colocar em risco tudo que se conquistou em



décadas. A diversificação figura, nesse caso no campo da aventura e aí mais um ponto para a dependência do tabaco.

Por isso é preciso construir uma nova mentalidade, romper com o paradigma do século XX da produção associada a grandes complexos transacionais, como se fosse uma atividade de segurança, como opera a percepção que o setor fumageiro se apresenta, pelo contrário, é na região e nos seus sujeitos que está a solução para suas necessidades.

Não há dúvida de que não serão as mesmas políticas desenvolvimentistas de meados do século XX que promoverão o desenvolvimento do início do século XXI. Outras estratégias precisam ser construídas para dar conta de fenômenos diferentes, mas também é certo que o resgate da noção de desenvolvimento, com seu conteúdo de eliminação da pobreza e da desigualdade (ARBIX e ZIBOVICIUS, 2001, p. 67).

Quem sabe não está nessas pequenas “fissuras” a semente para uma mudança paradigmática a médio e longo prazo, principalmente no que tange à preocupação atual com o uso de agrotóxicos e à exposição da saúde dos agricultores. Há recusa de muitos de seus filhos a seguirem na propriedade se o tabaco permanecer como a principal cultura. Na instabilidade do preço pago pelo fumo ao final da safra, bem como o aumento do custo da produção, seja pelo valor dos insumos comprados, seja pela alta valorização da mão-de-obra externa, sobretudo para o período da colheita. Conforme sabiamente aponta o prof. Paul Singer (2003, p. 359):

Os laços de confiança entre as vítimas da crise se fortalecem pela ajuda mútua que se desenvolve entre ela. Ocorre algo como uma acumulação de causas e efeitos: a proximidade permite o desenvolvimento e laços de confiança, que possibilitam e induzem ações de ajuda mútua e estas por sua vez reforçam os laços de confiança. A partir de certo ponto neste processo, as pessoas passam agir coletivamente: mobilizam-se para fazer protestos em massas, para se organizar politicamente e não poucas vezes para criar novas instituições que lhes sirvam para enfrentar carências e mais tarde para reconstruir sua vida econômica sob novas bases.

É nessa esteira que vão aparecendo oportunidades de diversificação no Vale do Fumo, conforme vamos abordar no próximo item, relatando as várias experiências que buscam unificar ações e construir agendas conjuntas.

3 Um novo paradigma de desenvolvimento se faz urgente no Vale do Fumo



Essa matriz de desenvolvimento, marcada sobretudo nos pós II guerra mundial, da consolidação de grandes conglomerados econômicos que passam a atuar nos países, na época chamados de subdesenvolvidos e hoje nomeados de países em desenvolvimento ou emergentes, pressupondo um desenvolvimento exógeno, calcado sobretudo num alto grau de dependência das regiões nas quais esses complexos industriais se instalam, pois esses compreendem o território do ponto de vista das condições de produção de matéria-prima (facilidade de logística, baixo custo de mão-de-obra, com boa oferta da mesma, qualidade e o mais baixo custo da produção de matéria-prima, entre outros...). Tanto que seguidamente é noticiada a saída de uma grande empresa de uma região, se transferindo para outra parte do país ou do mundo, deixando para trás um rastro de desemprego e demais custos sociais para aquele território. A “guerra fiscal” travada por estados no Brasil nas últimas décadas é uma prova concreta desse paradigma urbano-industrial, como sinônimo de desenvolvimento.

Ao longo de todo o século XX a sociedade mundial acreditava piamente na irreversibilidade do modelo propagado pelos países que lideravam o processo de acumulação hegemônica (...) havia uma receita, bastava segui-la, de forma submissa e obediente, em pouco tempo o tão sonhado desenvolvimento bateria a porta! Vivia-se o período marcado pelo regime de acumulação fordista/fossilista, o qual anunciava que o desenvolvimento viria na esteira da industrialização e da urbanização (...) a fórmula mágica não funcionou e o desenvolvimento não veio. Ao contrário, as diferenças sociais, tanto intra quanto internacionais, só fizeram aumentar, condenando populações inteiras à desnutrição e à morte em decorrência da fome e a miséria (ETGES, 2005, p. 49).

Desta forma, quando falamos da necessidade de mudança de paradigma, numa região como o Vale do Rio Pardo, evidentemente que não estamos falando de uma negação e extinção abrupta da produção centenária de fumo, que é a base econômica da região. Até porque isso seria um extremo e não conseguimos mensurar seus impactos na região. Mas estamos falando e apontando para uma transição de matriz econômica, que pode inclusive coexistir com a produção de fumo, porém sem a dependência que se apresenta, buscando na horizontalidade do tecido social da região, alternativas para tal mudança. Porém, uma transição que não aponte para uma mera substituição de matrizes produtivas dependentes de grandes complexos agroalimentares mundiais, como muito se ouve em reuniões, seminários, principalmente quando envolve o poder público regional, que muitas vezes atenta como solução para os problemas regionais, como a instalação de outros sistemas



integrados de frango, leite, porco, o que ratifica uma dimensão de verticalidade econômica, que estamos enfrentando, a dependência de grandes transnacionais.

De um lado existem extensões contínuas, formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região, são as Horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, são as Verticalidades (SANTOS, 1999, p. 12-13).

Aí é que entra a mudança de paradigma, que nesse caso um dos elementos centrais está na Autonomia, seja dos agricultores familiares, seja do poder público regional, em propor alternativas economicamente viáveis e que gerem renda ao Campo do Vale do Rio Pardo. Nesse caso há a necessidade de propostas de desenvolvimento endógeno, que levem em conta as necessidades regionais, o que vem sendo produzido por entidades que trabalham com a Agricultura Familiar na região, em especial com a Agroecologia, que tem na autonomia de produção um elemento central da sua atividade agrícola. Justamente porque “o desenvolvimento, gerado endogenamente, requer criatividade no plano político, e esta se manifesta quando a percepção dos obstáculos a superar adiciona-se um forte ingrediente de vontade coletiva.” (FURTADO, 2001, p. 13). Por isso é fundamental aproveitar as oportunidades via poder público, em especial, programas como PAA (Programa Aquisição de Alimentos), o qual prevê a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar em benefício das famílias em vulnerabilidade social. Assim como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que por lei obriga a compra de pelo menos 30% dos alimentos da merenda escolar, da Agricultura Familiar.

O formato do PAA, portanto, foi referência para a formulação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que é um marco importante para o PNAE enquanto política de Segurança Alimentar e Nutricional. Além da extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica (incluindo o Ensino Médio e a Educação do Jovens e Adultos), esta legislação voltou-se explicitamente para a agricultura familiar, tornando obrigatória a utilização de no mínimo 30% do valor remetido às escolas pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios desse segmento (GOMES, 2014, p. 76).

Esses mercados institucionais garantem uma demanda muito grande de alimentos, mas que por não haver uma organização da produção, devido a vários fatores (desconfiança dos agricultores frente a garantia desse mercado novo, desarticulação, pouco conhecimento ou as vezes até má vontade do poder público em operacionalizar essa política pública, além de atrasos em pagamentos aos agricultores em função da burocracia, entre outros),



impedem que estes recursos sejam injetados na economia da região, pois muitas vezes acabam sendo comprados de empresas de fora.

Há alguns casos que vem sendo boas experiências como o PAA e PNAE, como o caso do município de Boqueirão do Leão, numa articulação entre o poder público e a COOPERLAF (Cooperativa Leoboqueirense de Agricultores Familiares), sendo uma referência positiva para a região. Também a COOPERVEC (Cooperativa de Agricultores Familiares de Vera Cruz), que está iniciando também uma experiência que parece estar dando bons resultados. A ECOVALE (Cooperativa dos Agricultores Ecologistas do Vale do Rio Pardo) vem fechando uma parceria de abastecimento de alimentos orgânicos um dia por semana, no almoço dos funcionários (cerca de 500 trabalhadores) da empresa MERCUR, de Santa Cruz do Sul, não ampliando por falta de produtos, haja visto que foi muito bem aceito pelos funcionários o cardápio orgânico.

Ademais há um potencial muito grande de feiras municipais, pois na maioria dos casos as feiras que já existem não dão conta da demanda de alimentos e isso se agrava mais quando são feiras de alimentos agroecológicos, havendo hoje duas experiências em Santa Cruz do Sul com a Associação de Agricultores Ecológicos e agricultores associados à cooperativa ECOVALE e em Venâncio Aires, com agricultores do grupo Eco da Vida. Ainda há municípios como Herveiras e Sinimbu que tem o espaço físico montado para feira municipal, mas que não funciona, estando as estruturas físicas paradas e assim há, também, em outros municípios.

Existe ainda uma grande possibilidade para o Vale do Rio Pardo no campo do Agroturismo, pois há uma riqueza natural muito diversa na região, desde a oferta de rios como o Rio Jacuí, Pardo e Pardinho, áreas de serra com extensas matas, bem como regiões mais planas, além de paisagens belíssimas de cachoeiras e montanhas. Além de uma rica variedade cultural e gastronômica. Portanto, um Vale do Rio Pardo muito além de uma Oktoberfest e de festas dos municípios, ambas extremamente onerosas ao poder público e que geram renda a grupos muito específicos na região. Nesse quesito de turismo a ATURVARP (Associação de Turismo do Vale do Rio Pedro) vem realizando um trabalho possível, buscando formar e consolidar algumas rotas turísticas, mas acaba esbarrando em falta de recursos, falta de pessoal com formação na área e vontade política do poder público regional, para de fato poder garantir um trabalho em parcerias com entidades na região a



fim de viabilizar um turismo que seja solidário e integrador e que também gere renda ao máximo de pessoas.

Vale também destacar o trabalho que vem sendo feito nos últimos dois anos do Arranjo Produtivo Local - APL de Agroindústrias e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo, que conta com a participação de mais de 30 entidades da região, mais representações dos municípios e órgãos do governo estadual, compondo assim uma governança regional. Tendo como principais objetivos mapear, articular ações, captar recursos via políticas públicas, viabilizar participação dessas agroindústrias familiares em eventos da região e estado do RS e orientar processos de legalização das mais de duzentas agroindústrias familiares do Vale do Rio Pardo.

No ano de 2013 foi criada a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo (AAVRP) composta pelas seguintes entidades: CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), UERGS (Universidade Estadual do RS), EFASC (Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul), EFASOL (Escola Família Agrícola do Vale do Sol), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), EMATER, CPT (Comissão pastoral da Terra), CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da região dos Vales), Associação dos Agricultores Ecológicos de Santa Cruz do Sul, CEDEJOR (centro de Desenvolvimento do Jovem Rural) e ECOVALE. A AAVRP vem se reunindo uma vez por mês, sempre em uma sede diferente para tratar de ações conjuntas, analisar a conjuntura e trocar experiências que cada entidade vai praticando ao longo de suas caminhadas.

Desta forma foram realizadas várias atividades, dentre elas o I Seminário Regional de Agroecologia do Vale do Rio Pardo, em agosto de 2014 na sede da EFASC, onde mais de 200 pessoas de todo estado do RS estiveram presentes. Também foi organizado um Cine debate do documentário: "O veneno está na mesa II", do cineasta Sívio Tandler, em setembro de 2014, no auditório da Faculdade Dom Alberto, em Santa Cruz do Sul. Também foi realizado o Painel de Certificação Participativa de propriedades orgânicas na região do VRP em abril de 2015 e por último o II Seminário Regional de Agroecologia do VRP – Experiências de em Agroecologia, realizado no Centro de Formação do MPA, em junho de 2015. E assim a AAVRP vem sendo animada pelas entidades que a compõe e convergindo bandeiras de lutas entre seus membros.

Também desde 2014 foi reorganizado o Território da Cidadania, na região, composto pelo Vale do Rio Pardo e Alto da Serra do Botucaraí, tendo havido já alguns encontros para



discutir ações conjuntas nesses territórios. E evidentemente a pauta das necessidades do Campo é central nessa organização, estando bastante presente a Agroecologia, pois aí há uma confluência entre entidades da sociedade civil organizada e o poder público regional e federal.

É disso que falamos, quando mencionamos a necessidade de romper com o paradigma de desenvolvimento do século XX. Até mesmo porque nessa nova perspectiva

o desenvolvimento resultará apenas de uma interação densa e inteligentemente articulada, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional. Do contrário, não se terá senão uma *caixa preta*, cujo conteúdo e funcionamento se desconhece (BOISIER, 1996, p. 137).

Como vem se sendo ao longo do último século, de total supremacia do setor fumageiro na região.

Para promover o desenvolvimento regional no contexto da realidade atual é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer, em profundidade, a região em questão; identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos em comum à população envolvida (ETGES, 2003, p. 68).

Nesse caso, conforme vimos ao longo do texto apontando alguns gargalos e trazendo já algumas articulações regionais que já estão em curso, estamos partindo da premissa de um desenvolvimento endógeno, com ampla participação dos sujeitos sociais de uma região e com entidades de assistência técnica, Escolas família agrícolas, associações de agricultores, cooperativas, poder público em geral. De entidades e pessoas que vivem o dia-a-dia da região e se deparam com esses desafios da dependência do fumo o tempo inteiro. São esses os melhores formuladores de propostas e ações para superarmos o velho paradigma da dependência e estruturar possibilidades de desenvolvimento endógeno na região.

O desenvolvimento endógeno defende a flexibilidade frente as forças rígidas de organização da produção. É uma alternativa com relação aquelas interpretações que propõe uma economia administrada unicamente pelas grandes organizações, nas quais, o crescimento da produtividade é possível em entornos estáveis (...) refere-se, portanto, a territórios inteligentes, a sistemas produtivos imersos em entornos que permitem formar coalizões entre atores locais – de moda impulsionar a inovação, bem como remete a mudanças estruturais e ao desenvolvimento local (BARQUERO, 2001, p. 92-93).



Portanto, essa mudança de paradigma leva tempo e inspira muitas dúvidas nos próprios agentes de mudança, pois não se suplanta uma lógica secular com bons discursos ou meia dúzia de experiências alternativas. Um paradigma só pode ser mudado a partir da organização das forças vivas de um território, quando essas entendem que é preciso aproximar as semelhanças mantendo e equilibrando as diferenças em nome de uma coletividade. Nesse caso, a velha segurança da produção de fumo e seu sistema integrado, que já não garante operacionalmente essa segurança, precisa dar espaço a uma construção coletiva de agenda e ações das entidades que trabalham com a agricultura familiar e com a presença ativa dos agricultores, para que tencionem o poder público regional a fim de garantir a oferta de políticas públicas que possam garantir a diversificação da matriz produtiva regional. Assim, numa operação casada entre a sociedade civil organizada e o poder público poderemos construir um novo paradigma de desenvolvimento da região.

Não há nenhuma receita que garantisse o êxito em matéria de desenvolvimento. Porém há pelo menos duas afirmações certas: Se o desenvolvimento se encontra em nosso futuro, não será com as ideias do passado que o alcançaremos; se o desenvolvimento é um produto da própria comunidade, não serão outros senão seus próprios membros quem o construirão (BOISIER, 1999, p. 89). (tradução própria).

Desta forma, é preciso com urgência e ao mesmo tempo com cautela, construir as bases para uma nova possibilidade de desenvolvimento no Vale do Rio Pardo, fortalecendo as experiências que já começam a se somar às articulações que vão aos poucos reunindo entidades e pessoas criando agendas comuns, socializando experiências e formando um conjunto vivo de sujeitos sociais que dialogam e buscam se aproximar pelas bandeiras de luta em comum. Pois só assim será possível

um desenvolvimento socialmente incluyente, justiça social, resgatar e fortalecer numa perspectiva de direitos à economia informal, o trabalho precário e o trabalho oculo, sustentabilidade ambiental e a integração política e cidadã no mundo deve prevalecer sobre a integração econômica (GRZYBOWSKI, 2004, p. 141-142).

Para que nas próximas gerações o Vale do Rio Pardo não seja simplesmente o Vale do Fumo. Que tenha produção de fumo para quem quiser cultivar, mas que possibilite culturas agrícolas que gerem renda aos agricultores e em especial, que possibilite a estes, mais qualidade de vida e sem a dependência brutal a qual estes em sua grande parte ainda estão submetidos.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto em que abordamos esse trabalho fica evidente a necessidade da região do Vale do Rio Pardo ressignificar sua compreensão de desenvolvimento, ainda calcada numa velha ideia de grandes indústrias transacionais gerando empregos e colocando alguns municípios no mapa do PIB e Renda per capita do RS, enquanto que outros figuram nos piores índices de desenvolvimento do RS. Para isso acontecer haverá de passar pela temática da dependência da região do setor fumageiro. Como verificamos, mais de 60% do PIB agrícola dos municípios do vale do Fumo vem diretamente do tabaco.

Por isso buscamos trazer o contexto da produção fumageira desde as sementes que chegam aos agricultores até a venda final do fumo nas empresas, buscando retratar ao máximo os meandros do sistema integrado do tabaco, justamente para tentar dar dimensão dessa “amarra” dependente, desse sistema que submete todos os outros setores da sociedade (poder público, entidades) e da economia regional (setores primários, secundário e terciário), dando uma sensação coletiva de gratidão ao setor, por ter “escolhido” o Vale do Rio Pardo para se estabelecer nesses últimos 100 anos.

Desta forma cabe aqui também apontar as possibilidades de transição dessa compreensão de desenvolvimento passando pela organização das entidades que trabalham com a agricultura familiar, lá na base, junto aos agricultores, acompanhando o que se passa internamente na produção fumageira da região. E justamente o grande ganho nessa conjuntura atual é a construção de agendas comuns entre essas entidades que atuam na região, juntamente com alguns setores mais progressistas do poder público regional, para que aos poucos uma mentalidade de desenvolvimento regional mais horizontal e endógeno, possa ir permitindo com o tempo o aperfeiçoamento dessas experiências e ações de diversificação, possibilitando um ciclo virtuoso que desencadeie ações das mais diversas produções agrícolas e atividades que valorizem o Campo do Vale do Rio Pardo, para que nas próximas gerações, em vez de ser conhecido por ser o “Vale do fumo”, o Vale do Rio Pardo seja (re) conhecido como Vale da Diversificação incluyente e mais autônoma possível.

REFERÊNCIAS

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



ABRAMOVAY, Ricardo. CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo Rural, Envelhecimento, Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos.** Texto para discussão nº 621. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2017.

ARBIX, Glauco. ZIBOVICIUS, Mauro. Por uma estratégia de civilização. IN: ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e ficções do desenvolvimento.** São Paulo: EDUSP/Editora UNESP. 2001.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de Globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2001.

BOISIER, Sergio. **Teorias e metáforas sobre el desarrollo territorial.** CEPAL: Santiago de Chile, 1999.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. IN: **Revista Planejamento e Políticas Públicas.** nº 13 - jun. de 1996.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A Região no contexto da globalização: O caso do Vale do Rio Pardo. IN: VOGT, Olgário Paulo. SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs). **Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. IN: **REDES.** Vol. 10, n.3 (set/dez, 2005). Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2005.

ETGES, Virgínia Elisabeta. O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. IN: **REDES,** Santa Cruz do Sul, EDUNISC, v.8, nº1, jan/abr. 2003.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística do RS.** Disponível em:<www.fee.tche.br>. Acesso em: 08 jul. 2013.

FURTADO, Celso. Reflexões sobre a crise brasileira. IN: ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e ficções do desenvolvimento.** São Paulo: EDUSP/Editora UNESP. 2001.

GOMES, Antonio Carlos. **A operacionalização do mercado institucional de alimentos no contexto do Vale do Rio Pardo: o caso da cooperativa Leoboqueirense de agricultores familiares.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2014. Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Cidonea Machado Deponti.

GRZYBOWSKI, Cândido. Planejar o desenvolvimento para que “um outro mundo seja possível”. IN: CASTRO, Ana Célia. LICHA, Antonio. PINTO JR. Helder Queiroz. SABOIA, João. **Brasil em desenvolvimento 2 – Instituições, políticas e sociedade.** São Paulo: Civilização Brasileira.2004.

*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



LIMA, Ana Carolina da Cruz. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil** / Ana Carolina da Cruz Lima; Rodrigo Ferreira Simões. - Belo Horizonte: UFMG / Cedeplar, 2009.

OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Banco de Dados do Vale do Rio Pardo**. Disponível em: < <http://observadr.org.br/site/banco-de-dados-regionais/vale-do-rio-pardo/>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

SANTORI, Raquel. A Juventude Rural e Suas Perspectivas. **Revista da Formação por Alternância**. Brasília: UNEFAB. Ano 4 – Nº 07. Dezembro de 2008. p. 7.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, LAJET/UFRJ, n.6, jan-jun, 1999.

SINDITABACO – **Sindicato das Indústrias do Tabaco**. Disponível em < <http://www.sinditabaco.com.br> – Acesso em: 04 mai. 2017.

SINGER, Paul. Desenvolvendo confiança e solidariedade. IN: CASTRO, Ana Célia. LICHA, Antonio. PINTO JR, Helder Queiroz. SABOIA, João. **Brasil em Desenvolvimento – economia, tecnologia e competitividade - 02**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

TESCHE, Otto. **Abandono na área rural**. Ano 68, nº26. Santa Cruz do Sul. Edição de 25 e 26 de fevereiro de 2012.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.